

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DE MINAS
E SERVIÇOS GEOLÓGICOS

///

REPARTIÇÃO DE MINAS

BOLETIM DE MINAS

(NOVA SÉRIE)

22



1963

JURISPRUDÊNCIA

PESQUISAS MINEIRAS RECTIFICAÇÃO DE DIPLOMAS LEGAIS INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA

I — Não se tendo feito restrições numa Portaria quanto à natureza dos minérios para que foi declarado cativa determinada área, tem de entender-se que por essa Portaria ficaram proibidas quaisquer pesquisas e correlativas manifestos de Jazigos minerais. II — Havendo divergência entre o texto decretado de uma Portaria e o texto publicado, a sua rectificação só pode fazer-se mediante a publicação do texto rectificado na série do Diário do Governo em que haja sido publicado o texto original (art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 22 470, de 11-4-933). III — A interpretação autêntica é feita pelo próprio órgão donde emana a lei interpretada e envolve a natureza de lei nova com força própria, embora conjugada com a anterior.

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO TRIBUNAL PLENO

Acórdão de 18 de Outubro de 1962
Recurso n.º 1225

Recurso n.º 1225, em que é recorrente Emifel — Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, e recorridos Minas de Vila Cova, SARL, e Subsecretário de Estado da Indústria, e de que foi relator o Ex.^{mo} Conselheiro Dr. Eudoro Pamplona Corte-Real.

Acordam no Supremo Tribunal Administrativo, em Tribunal Pleno:

1. *Emifel, SARL*, com sede na Rua Sá da Bandeira, n.º 107, 3.º, Porto, interpôs recurso de anulação contenciosa do:

— despacho do Sr. Subsecretário de Estado da Indústria, de 15 de Dezembro de 1959, publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1960, que anula os registos mineiros n.ºs 1 a 26, inscritos a favor de *Emifel* — *Empresa Minas de Ferro, Lda.*, todos no concelho de Mondim de Basto, distrito de Vila Real «por os seus pontos de partida estarem dentro de área declarada cativa na Portaria de 21 de Maio de 1936, *Diário do Governo* n.º 120, 2.ª série, de 23 do mesmo mês e ano».

2. Por acórdão de 27 de Janeiro de 1961 (fls. 133 e seg. dos autos) a 1.^a Secção deste Supremo Tribunal negou-lhe provimento.

3. Desta decisão recorre a referida firma para o Tribunal Pleno, formulando, na sua douda minuta, as seguintes conclusões:

a) A não existir erro na publicação do *Diário do Governo* n.º 120, de 23 de Maio de 1936, da portaria de 21 do mesmo mês e ano, tem de entender-se que,

b) A mesma portaria foi intepretada autênticamente por SS. Ex.^{as} o Ministro e Subsecretário de Comércio e Indústria e pela Direcção-Geral de Minas no sentido de só se considerar cativa a área nela definida para «*pesquisa de ouro*» e não para pesquisa de outros minérios, designadamente, para pesquisas de jazigos de *magnetite* e *limonite*;

c) Decidindo o contrário, o doudo acórdão recorrido violou o artigo 16.º do Código Civil, a Portaria de 21 de Maio de 1936 e os artigos 5.º a 17.º do Decreto n.º 18 713, de 1 de Agosto de 1930.

Pede, por tal, a sua revogação e que seja dado provimento ao recurso nos termos constantes do requerimento inicial.

4. Contraminutou a recorrida, *Minas de Vila Cova S. A. R. L.*, sustentando a confirmação do acórdão; e o ilustre representante do Ministério Público pronuncia-se pelo não provimento do mesmo recurso.

Tudo visto:

5. Em face das conclusões da recorrente cumpre, em última análise, apreciar se o acórdão recorrido ofende a lei nos termos que vêm alegados.

Vejamos:

Por Portaria de 21 de Maio de 1936, foi declarada cativa «nos termos do artigo 5.º do Decreto n.º 18 713, de 11 de Julho de 1930, e ressalvando os direitos adquiridos na data dessa portaria, a área do polígono limitado por uma linha que passa sucessivamente pelas pirâmides geodésicas inscritas a fls. 8 da carta geográfica de Portugal, na escala de 1/100 000, sob as designações de Marão, Freitas, Pena Suar, Covelos, Linhares, Aguiar, Fontuça, Corisco, Fogo, Borrança, Crista, Meia Via, Boa Vista, Lomba, Arranhadouro, Mirador, Chorrida, Penedo Ruivo e Marão».

Ora, alega a recorrente, que, embora não tendo sido feita qualquer restrição nesta portaria quanto à qualidade dos minérios para que se declarou cativa a área delimitada, ficou bem esclarecido, através da publicação dessa mesma portaria no *Boletim de Minas* (publicação oficial e obrigatória de todos os registos e dados relativos ao movimento mineiro e metalúrgico do País — Artigos 15.º e 66.º do Decreto n.º 18 713, de 1-8-930) que a referida área ficou cativada tão sòmente para «*pesquisas de ouro*» (Cfr. *Boletim*, Ano de 1936, Liv. III, pág. 209).

Que, deste modo se corrigiu o erro ou lapso existente na publicação oficial quanto à omissão da qualidade dos minérios para cuja pesquisa foi a referida área cativada pelo Governo.

E acrescenta: ainda que não tivesse havido erro ou lapso na publicação daquela portaria, a sua inscrição no *Boletim de Minas*, com a expressa referência a «*pesquisa de ouro*» só poderá ter o alcance de interpretação autêntica da portaria de 1936.

Assim, inquestionável é, que ao tempo em que foram efectuados e anulados os registos da recorrente, a área que lhes respeitava encontrava-se apenas

cativa para a «pesquisa de ouro» e não para «minérios de hematite, magnetite e limonite».

6. Não pode, contudo proceder a tese da recorrente.

Com efeito:

A portaria de 21 de Maio de 1936 foi publicada — como se viu — no *Diário do Governo*, de 23 do mesmo mês e ano, *sem qualquer restrição* quanto à natureza dos minérios para que se declarou cativa a área delimitada.

E tal facto, como claramente se deduz do acórdão recorrido, não pode atribuir-se a *erro* ou *lapso* da aludida portaria que deva ou possa sequer considerar-se rectificado, pela simples inserção da mesma portaria no *Boletim de Minas*, nas condições já referidas.

Na realidade, qualquer rectificação — havendo divergência entre o texto decretado e o texto publicado — para que tivesse relevância, só poderia ser efectuada nos termos previstos no artigo 6.º do Decreto n.º 22 470, de 11 de Abril de 1933, conjugado com o despacho da Presidência do Conselho, datado de 31 de Dezembro de 1941, n.º III, mediante publicação do texto rectificado na série do *Diário do Governo* em que tivesse saído o texto original.

Ora, tal não se verifica no caso *sub-judice*.

7. Também, e contrariamente ao que vem alegado, a publicação da portaria de 1936 no *Boletim de Minas* não poderá ter o valor de uma interpretação autêntica.

Como é do conhecimento geral, a interpretação autêntica é feita pelo próprio órgão donde emana a lei interpretada, e envolve a natureza de uma lei nova, com força própria, embora conjugada com a anterior.

Assim sendo, é evidente que um tal alcance não pode ser atribuído ao texto da Portaria em causa, tal como foi publicado no *Boletim de Minas*, e como mera consequência dessa publicação.

Tal publicação mais não representa, na realidade, do que a simples *transcrição de texto legal*, sendo este o que se encontra, exclusivamente, no *Diário do Governo*.

Por isso, só haverá que atender ao seu conteúdo, tanto mais que, como resulta do disposto no artigo 3.º do citado Decreto n.º 22 470, a sua *obrigatoriedade* não depende, em caso algum, da sua inserção em quaisquer outras publicações.

8. Impõe-se assim concluir que bem se decidiu no acórdão que veio à apreciação deste Tribunal Pleno, ao declarar-se que, não tendo sido restringidos os efeitos da cativação da área definida na Portaria de 1936, tem de entender-se que, por ela, ficaram proibidas as pesquisas e os correlativos manifestos de qualquer jazigo mineral naquela área.

Como consequência, e em resultado da prova constante dos autos de que os *manifestos anulados* pelo despacho impugnado dizem respeito a jazigos existentes na área que se achava cativa, não procede, logicamente, o alegado vício de *violação da lei*.

9. Pelos fundamentos expostos, negam provimento ao recurso, confirmando, para todos os efeitos legais, o acórdão recorrido.

Custas pela responsável que se fixam respectivamente em 3 000\$00 (três mil escudos) de imposto de justiça e 1 000\$00 (mil escudos) de procuradoria.

Lisboa, 18 de Outubro de 1962.

Joaquim Trigo de Negreiros, Eudoro Pamplona Corte-Real, Emídio Beirão Pires da Cruz, Henrique Mário Pereira Parreira, António Luís Pereira, Manuel

Lourenço Vasco, Eduardo Bogarim Ribeiro Correia Guedes, António Simões Correia, Fernando Correia Pereira da Silva, Alberto Cabral da Silva Basto, Luís Francisco Lopes Navarro, José Augusto do Nascimento Neves e Henrique Dias Freire. Fui presente, Afonso Augusto Pinto.

ÁGUAS GASEIFICADAS ACTO ADMINISTRATIVO (APRECIACÃO DA LEGALIDADE...)

I — O recurso para Tribunal Pleno continua a ser de revista, no sentido de nele não ser permitida a apreciação da prova, salvo nos casos referidos no artigo 722.º § 2.º do Código do Processo Civil. II — A legalidade do acto administrativo tem de ser apreciada de harmonia com a lei vigente ao tempo em que foi proferido. Assim, em relação a um despacho ministerial proferido em 1 de Agosto de 1960 não há que ter em atenção, na decisão do recurso dele interposto, a nova redacção dada aos artigos 1.º e 3.º do Decreto n.º 15 401, de 17 de Abril de 1928, pelo Decreto-Lei n.º 44 437, de 30 de Junho de 1962, III — O condicionamento especial estabelecido e regulado pelo mencionado Decreto n.º 15 401 não se confunde e nada tem de comum com o condicionamento industrial. IV — O fabrico das águas gaseificadas não pode efectuar-se sem prévia autorização do Governo, dada através da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos. V — A «Soda Water Schweppes» é uma água gaseificada, e não um refrigerante.

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
TRIBUNAL PLENO
Acórdão de 20 de Dezembro de 1962

Recurso n.º 1229, em que é recorrente a Sociedade Central de Cervejas, S. A. R. L., recorrido o Subsecretário de Estado da Indústria e de que foi relator o Ex.^{mo} Conselheiro Dr. Henrique Mário Pereira Parreira.

Acordam, em Tribunal Pleno, os Juizes do Supremo Tribunal Administrativo:

A Sociedade Central de Cervejas, com sede em Lisboa, Avenida Almirante Reis, 113, recorreu para a 1.ª Secção deste Supremo Tribunal do despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Indústria de 1 de Agosto de 1960, que negou provimento ao recurso hierárquico necessário que para o mesmo fora interposto da decisão do Sr. Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos que mandou retirar do mercado, no prazo de 60 dias, todas as garrafas de água gaseificada denominada «Soda Water Schweppes», sob pena de incorrer nas penalidades legais se aquele produto for encontrado, após aquele período, distribuído ao público.

Ao recurso foi negado provimento pelo acórdão de fls. 46, do qual aquela Sociedade interpôs, com legitimidade e em tempo, o presente recurso para o Tribunal Pleno, tendo alegado doutamente a fls. 74 no sentido do seu provimento.

Em sentido contrário se pronunciou o distinto magistrado do Ministério Público junto da 1.^a Secção.

Nada embaraça, o conhecimento do objecto do recurso:

Tudo visto:

1. Segundo o referido pela recorrente e consta do ofício fotocopiado a fls. 13, o procedimento que àquela foi imposto foi determinado não só por a «Soda Water Schweppes», se não encontrar licenciada pela Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos mas também por não poder satisfazer ao indicado no artigo 43.º do Decreto n.º 15 401, de 17 de Abril de 1928, em consequência de se não tratar de água de nascente — mineral ou de mesa — mas sim de água comum.

A Sociedade Central de Cervejas reagiu contra este entendimento, sustentando que o referido produto não está abrangido pelo mencionado Decreto n.º 15 401, que estabeleceu o regime jurídico de condicionamento especial a que está sujeita a exploração de águas minerais ou minero-medicinais, das águas de mesa e das águas minerais artificiais ou águas artificialmente mineralizadas, pois trata-se de um «refrigerante», cuja indústria está sujeita à regulamentação contida nas disposições do Decreto-Lei n.º 42 159, de 25 de Fevereiro de 1959, e da Portaria n.º 17 264, de 11 de Julho do mesmo ano.

Há, assim, que decidir neste recurso se a «Soda Water Schweppes» é uma água artificialmente gaseificada ou, pelo contrário, um refrigerante.

2. Mesmo em face da actual legislação processual, o recurso para o Tribunal Pleno continua a ser considerado como de revista, no sentido de nele não ser permitida a apreciação de prova, salvo nos casos exceptuados no § 2.º do artigo 722.º do Código de Processo Civil de 1939, ou seja nos de ofensa de disposição expressa de lei que exija certa espécie de prova para a existência de certo acto ou facto ou que fixe a força de determinado meio de prova (Prof. Doutor Marcello Caetano, «Manual», 5.^a edição, 740).

Nenhum destes casos, que se encontram reproduzidos no n.º 2.º do artigo 722.º do actual Código de Processo Civil, se verifica no presente recurso e, assim, ao Tribunal Pleno cumpre acatar a matéria de facto dada como provada pela 1.^a Secção.

E, ao contrário do que pretende a recorrente na exposição ultimamente apresentada, na decisão do presente recurso não há que ter em atenção a nova redacção dada aos artigos 1.º e 3.º do mencionado Decreto-Lei n.º 15 401 pelo Decreto-Lei n.º 44 437, de 30 de Junho deste ano de data muito posterior à do despacho ministerial recorrido, sendo certo que, como se vê do relatório deste último diploma, na parte que interessa, ele teria tido apenas em vista esclarecer que as águas minerais naturais gaseificadas se encontram abrangidas pelo artigo 1.º do referido Decreto n.º 15 401 o que não é o caso dos autos.

De resto, a legalidade de um acto administrativo tem de ser apreciada de harmonia com a lei vigente ao tempo em que foi proferido (Conselheiro Almeida Ferrão, «Questões Prévias e Prejudiciais no Contencioso Administrativo», pág. 22, e acórdão deste Tribunal Pleno de 10 de Maio deste ano, proferido no recurso n.º 1238).

3. No acórdão de fls. 46 vem decidido, em matéria de facto que a este Tribunal Pleno cumpre acatar, que a «Soda Water» é água potável adicionada de ácido tartárico ou cítrico e que estas matérias não são nenhuma das indicadas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 159 para que o produto obtido se possa qualificar como refrigerante.

Na verdade, o aludido artigo 1.º estabelece que, «Para os efeitos do disposto neste Decreto-Lei, consideram-se refrigerantes as bebidas não fermentadas para consumo não imediato, obtidas por diluição, emulsão, suspensão ou mis-

tura em água, de sumos, concentrados, xaropes, essências naturais, infusos, pastas, extractos de frutas ou quaisquer outros de origem vegetal».

A recorrente sustenta que a «Soda Water» se encontra abrangida por este condicionalismo, pois o ácido tartárico ou cítrico empregado no seu fabrico pela adição a água potável, é um extracto de origem vegetal, mas, embora desnecessariamente, sempre se salientará que o entendimento da Secção em sentido contrário está de harmonia com o artigo 9.º do mencionado Decreto-Lei n.º 42 159, segundo o qual os refrigerantes só podem ser acidulados com os ácidos cítrico e tartárico que se encontram em determinadas condições.

Tais produtos, de origem vegetal, têm apenas o fim específico de acidular os refrigerantes, não constituindo, assim, os extractos daquela origem referidos na última parte do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 159 e empregados, no seu fabrico, pela diluição, emulsão, suspensão ou mistura em água.

E esta, tanto pode ser qualquer das águas minerais a que se refere o artigo 3.º e suas alíneas do mencionado Decreto n.º 15 401, como também, embora excepcionalmente, a potável comum e a classificada como de mesa pela legislação em vigor (art.ºs 6.º do Decreto-Lei n.º 42 159 e 30.º e 31.º da Portaria n.º 17 264).

É de notar que na designação de águas minerais artificiais estão compreendidas, por disposição expressa da primitiva redacção do artigo 1.º do aludido Decreto n.º 15 401, as águas gaseificadas e que nenhum preceito legal impõe, ao contrário do que pretende a recorrente, que a água utilizada no fabrico da «Soda Water» seja captada ou proveniente de nascentes próprias.

Na verdade, enquanto naquele artigo 1.º se estabelece, relativamente às águas de mesa, que as águas potáveis sejam aproveitadas tais como emergem do solo, quanto às águas minerais artificiais ou artificialmente mineralizadas, nas quais estão compreendidas as gaseificadas, apenas se exige que as águas sejam potáveis.

4. A «Soda Water», expressão inglesa já consagrada na língua portuguesa, é constituída por água carregada artificialmente por ácido carbónico, ordinariamente edulcorada com xarope de frutos (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 29, pág. 497), sendo, assim, fundamentalmente, uma água gaseificada abrangida, como foi reconhecido pela 1.ª Secção, pelo artigo 1.º do Decreto n.º 15 401, sem que a tal obste a circunstância de lhe ser adicionado ácido tartárico ou cítrico para efeitos de acidulação, tal qual se verifica, como se viu, quanto aos refrigerantes, e o que, porventura, conste de um parecer que se diz ter sido junto ao recurso n.º 6008.

Deste modo, o fabrico da «Soda Water», em face do disposto nos artigos n.ºs 3.º e 43.º do aludido Decreto n.º 15 401, não pode efectuar-se sem prévia autorização do Governo, dada por meio de portaria através da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Trata-se de um condicionamento especial, que se não confunde nem nada tem de comum com o condicionamento industrial, e, assim, o diploma que o regula — Decreto n.º 15 401 — tem de considerar-se disposição especial, que mantém a sua força normativa em face dos diplomas do condicionamento industrial.

No sentido exposto foi, de resto, já decidido por este Tribunal Pleno no acórdão de 24 de Março de 1960, proferido no recurso n.º 1058 e publicado no Apêndice ao *Diário do Governo*, II série, de 15 de Julho de 1961, pág. 36.

5. A Secção reconheceu que a Sociedade Central de Cervejas produz «Soda Water» desde antes de 1928, mas, desde que está assente que ela não é, pelo menos em face de lei portuguesa, um refrigerante, estando abrangida pelo Decreto n.º 15 401, esse facto não dispensava aquela empresa de obter a indispensável autorização do Governo, não interessando que até agora lhe não tivesse sido feita essa exigência.

É que, como foi salientado no acórdão recorrido, o artigo 85.º daquele diploma dispõe que «Os indivíduos que à data da publicação deste Decreto exerçam a indústria de exploração de águas de mesa ou de águas minerais artificiais têm o prazo de três meses para requerer a respectiva licença nos termos do artigo 43.º».

E as águas gaseificadas estavam, pelo menos na data do despacho recorrido, equiparadas às águas minerais artificiais.

6. Por estes fundamentos, negando provimento ao recurso interposto pela Sociedade Central de Cervejas, confirmam o acórdão de fls. 46.

Custas pela sociedade recorrente, fixando-se o imposto de justiça em 20 000\$00 e a procuradoria em 5 000\$00.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1962.

Joaquim Trigo de Negreiros (presidente) — *Henrique Mário Pereira Parreira* (relator) — *António Luís Pereira* — *Manuel Lourenço Vasco* — *Eduardo Bogarim Ribeiro Correia Guedes* — *António Simões Correia* — *Fernando Correia Pereira da Silva* — *Alberto Cabral da Silva Basto* — *Luís Francisco Lopes Navarro* — *José Augusto do Nascimento Neves* — *Henrique Dias Freire* — *Eudoro Pamplona Corte-Real* — *Emídio Beirão Pires da Cruz*. Fui presente, *Afonso Augusto Pinto*.

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS (RENOVAÇÃO)—REGULAMENTAÇÃO DAS LEIS

I — O n.º 5 da Base XII da Lei n.º 1979, de 23 de Março de 1940, estabelecendo que o contrato de exploração de pedreiras pode renovar-se por consenso, tácito ou expresso, dos contraentes, e nunca por disposição de lei, constitui um preceito especialíssimo que prevalece sobre todos aqueles que proíbem o despejo dos estabelecimentos comerciais ou indústrias por não convir ao senhorio a continuação do arrendamento. II — O artigo 79.º da Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948, não revogou o referido preceito, pois apenas veio dar maior amplitude ao disposto no artigo 1.º da Lei n.º 1503, de 3 de Dezembro de 1923. III — A norma do n.º 5 da Base XII da Lei n.º 1979 tem carácter imperativo, vigorando independentemente dos regulamentos cuja publicação foi determinada na Base LV da mesma lei.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Acórdão de 10 de Maio de 1963
Processo n.º 59 576

Acordam, em conferência, no Supremo Tribunal de Justiça:

Joaquim Rodrigues dos Santos e António Rodrigues dos Santos intentaram uma acção de despejo diferido contra Sebastião Barbosa dos Santos, Manuel Lopes Barbosa, Osório Lopes Barbosa dos Santos, José Domingos Lopes Barbosa, Hermínia Lopes dos Santos e marido, António Lopes Barbosa, Hermínio Barbosa da Silva, Ana Gilberta Barbosa da Silva e marido e Guilhermina Barbosa da Silva e marido, alegando de essencial:

Por escritura de 18 de Março de 1941, lavrada na Secretaria Notarial de Vila Nova de Gaia, Agostinho Rodrigues dos Santos deu de arrendamento, para

exploração de pedreira, ao falecido António Barbosa dos Santos, hoje representado pelos réus, o prédio rústico «Leira das Águas Frias» sito na freguesia de Perosinho, de Vila Nova de Gaia, e inscrito na respectiva matriz rústica sob o n.º 978, pela renda anual de 480\$00, depois aumentada para 3 000\$00, a pagar em 2 prestações mensais de 1 500\$00 e com o prazo de duração de 4 anos, com início em 1 de Abril de 1941, prorrogáveis por iguais períodos.

Nos termos da Base XII, n.º 5, da Lei n.º 1979, de 23 de Março de 1940, o contrato de exploração de pedreiras só pode renovar-se por consenso das partes e nunca por disposição da lei.

Notificados judicialmente os réus de que os autores não pretendiam a renovação do contrato que terminava em 31 de Março de 1961, todos eles declararam não aceitar o despedimento.

Em vista disto, pediram os autores que, de harmonia com o seu desejo, fossem os mesmos réus condenados a despejar o referido prédio no fim do prazo contratual.

Citados os réus contestaram a acção sustentando que a Lei n.º 1979 não conferia aos autores o direito de fazer cessar o arrendamento: antes do artigo 106.º do Decreto n.º 5411, da Lei n.º 1662 e dos artigos 67.º e 69.º da Lei n.º 2030, esta até posterior à Lei n.º 1979, resulta o contrário do por eles pretendido. Mas, para a hipótese de se entender que o despejo é de decretar, pediram, em reconvenção, que, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, do Decreto n.º 5411, fosse arbitrada a seu favor a indemnização igual a 20 vezes a importância de 3 000\$00 de renda anual, isto é, a quantia de 60 000\$00.

Na sua resposta mantiveram os autores a sua anterior posição.

A acção foi na primeira instância julgada improcedente no despacho-sentença saneador, ficando prejudicado o conhecimento da reconvenção por ser subsidiária.

Esta decisão foi revogada na Relação do Porto, julgando-se a acção procedente e improcedente a reconvenção.

Fixado por acórdão de fls. 107 o valor da causa, vem agora, interposto pelos réus, o recurso de revista para este Supremo Tribunal, pedindo a revogação do acórdão da segunda instância, proferido a fls. 93 a fim de ser confirmado o despacho-sentença de fls. 45 v.º, com a formulação, em síntese, destas conclusões:

a) A Lei n.º 1979, invocada pelos autores, se estivesse em vigor, seria uma lei especial;

b) Porém, ela não podia prevalecer sobre as disposições especialíssimas dos artigos 106.º e 107.º do Decreto n.º 5411, e 79.º da Lei n.º 2030;

c) Esta última lei é até posterior à Lei n.º 1979;

d) Não tendo a Lei n.º 1979 sido regulamentada, como expressamente se determinara afinal, deve entender-se que o Governo não quis executá-la;

e) Assim, a Base XII, n.º 5, daquela lei não é de aplicar ao caso *sub judice*.

Os recorridos refutam os argumentos dos recorrentes e pedem a manutenção do decidido.

Tudo visto e ponderado:

Por contrato celebrado por escritura certificada a fls. 4 deram os autores de arrendamento ao pai e avô dos réus o prédio rústico denominado «Leira das Águas Frias», destinado à exploração de pedra, pelo prazo de 4 anos renovável, enquanto por qualquer das partes não fosse dado por findo com antecedência legal.

Dizendo que não pretendiam a renovação do contrato, que terminava em 31 de Março de 1961, pediram os autores o despejo diferido dos réus com a invocação da Lei n.º 1979.

Esta lei que veio regular a forma do aproveitamento das pedreiras, prescreve no n.º 1 da Base XII que a sua exploração rege-se-á pelas cláusulas estabele-

cidas entre o proprietário e o explorador e pelos preceitos legais do contrato de arrendamento em tudo quanto não estiver previsto nesta lei e nos seus regulamentos.

Entre as ressalvas feitas está a estabelecida no n.º 5 da mesma Base que dispõe:

«O contrato de exploração poderá renovar-se por consenso, tácito ou expresso, dos contraentes, e nunca por disposição de lei».

É um preceito especialíssimo que, ao contrário do que sustentam os recorrentes, prevalece sobre todos os outros que proíbem o despejo dos estabelecimentos comerciais ou industriais por não convir a continuação do arrendamento.

É certo que o artigo 79.º da Lei n.º 2030, publicada posteriormente à Lei n.º 1979, determinou que essa lei e os anteriores diplomas reguladores do arrendamento de prédios urbanos, applicava-se aos arrendamentos de prédios rústicos ou mistos onde funcionem, com assentimento do senhorio, estabelecimentos comerciais ou industriais, desde que o respectivo contrato conste da escritura pública.

Mas este artigo veio apenas dar maior amplitude ao disposto no artigo 1.º da Lei n.º 1503, de 3 de Dezembro de 1923.

Na verdade, este preceito conferia aos estabelecimentos comerciais e industriais instalados em prédios que a lei considera no todo ou em parte de natureza rústica, os privilégios e garantias que o Decreto n.º 5411 concedia aos estabelecimentos comerciais e industriais funcionando em prédios urbanos, desde que nos respectivos contratos ou em virtude da tolerância dos senhorios, o uso desse comércio ou indústria estivesse autorizado ou tãcticamente consentido.

Reconheceu-se mais tarde que a disposição nele contida era insuficiente porque ela não conferia os privilégios e garantias concedidas pela legislação posterior ao Decreto n.º 5411.

Então, veio o artigo 79.º da Lei n.º 2030 pôr, em especial, cobro à injustiça da Lei n.º 1508 que apenas protegia os arrendatários, estabelecendo uma situação de igualdade entre senhorios e inquilinos. Dele resulta que o senhorio tem agora o direito de preferência no trespasse do estabelecimento por força do artigo 9.º da Lei n.º 1662, assim como o arrendatário tem o mesmo direito na venda do prédio, ao abrigo do artigo 11.º desse diploma; e o senhorio pode aumentar a renda, de harmonia com o disposto nos artigos 47.º e seguintes da Lei n.º 2030, *Revista dos Tribunais*, ano 67.º, pág. 19, e Prof. Doutor Antunes Varela, *Inquilinato*, pág. 101.

Daqui, é de concluir que o artigo 79.º da Lei n.º 2030 teve esta finalidade restrita e não a de modificar o estatuído no n.º 5 da Base XII da Lei n.º 1979. Cada um deles tem um campo de aplicação diferente. O primeiro regulou propriamente o arrendamento de estabelecimentos comerciais e industriais; e o segundo, os contratos de exploração das pedreiras.

Assim, não é aplicável à hipótese dos autos as disposições que proíbem o despejo por não convir ao senhorio a continuação do arrendamento.

Sustentam, ainda, os recorrentes que não pode considerar-se em pleno vigor a Lei n.º 1979 por não ter sido regulamentada.

Ela não o foi efectivamente, sem embargo de a Base LV estabelecer que o Governo deve publicar os regulamentos necessários para a sua execução.

Todavia, não se pode, daí, admitir que o n.º 5 da Base XII não é de aplicação imediata. É um preceito de carácter imperativo que não carece de qualquer regulamentação; e como se consigna no § 4.º do artigo 109.º da Constituição Política, só quando a lei não for exequível por si mesma é que o Governo expedirá os respectivos decretos dentro do prazo de 6 meses a contar da sua publicação, se nela não for determinado outro prazo.

Neste caso, não é a lei em si que está em causa, mas apenas uma sua disposição; e esta é perfeitamente exequível.

Pelo exposto, improcedendo todas as conclusões das alegações do recurso nega-se a revista, com custas pelos recorrentes.

Lisboa, 10 de Maio de 1963.

Abreu Lobo (*Relator*) — Lopes Cardoso — Bravo Serra.

DECISÕES IMPUGNADAS:

I — *Despacho saneador, com força de sentença do meritíssimo juiz de Direito do 4.º Juízo Cível do Porto, de 22 de Junho de 1961;*

II — *Acórdão da Relação do Porto, de 27 de Junho de 1962.*

O acórdão da Relação do Porto, acima referido, está publicado na *Jurisprudência das Relações*, ano 8.º, tomo III, pág. 625.

I — Sobre contrato de exploração de pedreiras, consultem-se: José Pinto Loureiro, *Tratado da Locação*, vol. I, págs. 195 e seguintes, e Inocêncio Galvão Teles, *Arrendamento*, lições coligidas por Garcia Domingues e Manuel Ribeiro, pág. 54.

Pròpriamente sobre o n.º 5 da Base XII da Lei n.º 1 979, veja-se o acórdão da Relação de Lisboa, de 15 de Maio de 1953, nos *Acórdãos da Relação de Lisboa*, 1953, pág. 529.

II — Sobre o artigo 79.º da Lei n.º 2 030, veja-se a *Revista dos Tribunais*, ano 67.º, pág. 18, e ano 77.º, pág. 21.

III — Acerca da execução das leis da Assembleia Nacional, consulte-se Marcelo Caetano, *Curso de Ciência Política e Direito Constitucional*, 3.ª edição, vol. II. pág. 210. Veja-se também Armando Simões Pereira, *Páginas de Processos*, pág. 3.

PODERES DE REVISTA ACTOS ADMINISTRATIVOS (LEGALIDADE DOS) ÁGUAS GASEIFICADAS

I — *A censura da legalidade dos actos administrativos só pode ser exercida à luz do regime legal em vigor na data em que o acto foi emitido.* II — *Na vigência da actual Lei Orgânica deste Supremo Tribunal (Decreto-Lei n.º 40 768) como anteriormente o Tribunal Pleno permanece Tribunal de Revista, pelo que — no conhecimento dos recursos — se acha adstrito à matéria de facto fixada pela Secção, salvo os casos excepcionais do § 2.º do artigo 722.º do Código de Processo Civil.* III — *Vindo fixado que o produto fabricado pela Recorrente é «água gaseificada», tem de reconhecer-se que ele está subordinado a «prévia autorização», a conceder através da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.*

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
TRIBUNAL PLENO
Acórdão de 18 de Julho de 1963
Recurso n.º 1274

Recurso n.º 1274, em que são recorrentes a Companhia União Fabril Portuense, S. A. R. L., e Canadá Refrigerantes Americanos, Lda., recorrido o Subsecretário de Estado da Indústria e de que foi relator o Ex.^{mo} Conselheiro Dr. Fernando Correia Pereira da Silva.

Acordam, em Tribunal Pleno, no Supremo Tribunal Administrativo:

A Companhia União Fabril Portuense, sociedade anónima de responsabilidade, Limitada, com sede na Rua Júlio Diniz, 377, Porto, recorreu, para a 1.^a Secção deste Supremo Tribunal, do despacho do Senhor Subsecretário de Estado da Indústria, de 1 de Agosto de 1960 que negara provimento ao recurso hierárquico que havia interposto da resolução do Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos, pela qual a Recorrente fora intimada a retirar do mercado todas as garrafas de produto do seu fabrico «Soda» no prazo de 60 dias, sob pena de incorrer nas penalidades legais se o produto fosse encontrado, após esse prazo, distribuído ao público.

Oportunamente, foi apensado a esse recurso o interposto por Canadá Refrigerantes Americanos, Limitada, sociedade por quotas com sede em Santa Iria, do despacho do Senhor Subsecretário de Estado da Indústria, também de 1 de Agosto de 1960, que negou provimento ao seu recurso hierárquico da resolução do Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos pela qual foi intimada a retirar do mercado, e impedida de fabricar, a sua «Soda Water» sob pena de incorrer nas penalidades legais.

O recurso baseou-se em invocadas violação da lei, e ofensas de direitos, nos termos do disposto no artigo 15.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 40 768 de 8 de Setembro de 1956, e dos artigos 51.º n.º 1 e 52.º alínea b) 1) e § 3.º do Decreto n.º 41 234 de 20 de Setembro de 1957.

Os recursos foram julgados conjuntamente, pela primeira Secção deste Supremo Tribunal, no acórdão de fls. 40 e seguintes que — a um e a outro — negou provimento.

Deste acórdão vêm os presentes recursos, interpostos pela Companhia União Fabril Portuense e pela «CANADÁ — Refrigerantes Americanos, Limitada», respectivamente a fls. 48 e 53, para este Tribunal Pleno.

A primeira formula — na alegação do recurso — as seguintes conclusões: 1.^a O Decreto n.º 15 401, de 17 de Abril de 1928, estabelece o regime jurídico de condicionamento especial a que está sujeita a indústria da exploração de águas minerais ou minero-medicinais, das águas de mesa e das águas minerais artificiais ou águas artificialmente mineralizadas; 2.^a A indústria de refrigerantes está, actualmente, subordinada à regulamentação contida nas disposições do Decreto-Lei n.º 42 159 de 25 de Fevereiro de 1929 e da Portaria n.º 17 264 de 11 de Julho de 1959; ora, 3.^a a «Soda» que a Recorrente fabrica não é nenhuma das águas consideradas no Decreto n.º 15 401. É, sim, um refrigerante, pois é uma bebida não fermentada, para consumo não imediato, obtida por diluição em água comum, tornada bacteriológicamente pura, de matérias minerais — anidrido carbónico e bicarbonato de sódio — e de um extracto de origem vegetal, que é o ácido cítrico ou o tartárico; 4.^a o refrigerante é um produto legalmente reconhecido como tendo existência autónoma e distinta das águas a que alude o Decreto n.º 15 401, como expressamente consignam os artigos 31.º e 36.º da Portaria n.º 17 264 de 11 de Julho de 1959; deste modo, 5.^a ao contrário do que pretende a Direcção-Geral de Minas e o acórdão recorrido decidiu, a «Soda» não é uma água artificialmente mineralizada, gaseificada: a água utilizada no seu fabrico não é captada nem provém de nascente própria; e, na sua composição, entra um extracto de origem vegetal, o ácido tartárico ou o ácido cítrico. Ora, na composição das águas contempladas no artigo 1.º do Decreto n.º 15 401 não entra, nem pode entrar, qualquer extracto de origem vegetal; por outro lado, 6.^a é irrelevante, para a classificação da «soda» como água de mesa, o facto de o referido produto ser actualmente vendido em garrafas e não em sifões ou em pepinos, pois que a espécie da embalagem nada tem

que ver com a natureza do produto nela contido; e a Direcção-Geral de Minas aceita que a «Soda», enquanto foi vendida em «Sifões» não era considerada água de mesa, água mineralizada ou gaseificada; de resto, 7.^a a mesma Direcção-Geral também aceita que uma água comum qualquer, pelo simples facto de ser gaseificada, não pode compreender-se abrangida pelo condicionamento específico que o Decreto n.º 15 401 prescreve. E é indubitável que a água que entra no fabrico da «Soda» é uma água qualquer comum, tornada bacteriológicamente pura e gaseificada; não é uma água captada ou nascente própria; 8.^a o acórdão deste Tribunal Pleno de 24 de Março de 1960 (Recurso n.º 1058), invocado pela Direcção-Geral de Minas, julgou no sentido de que a entidade ali recorrente nenhuma prova fez de que, antes de 1928, início da vigência do Decreto n.º 15 401, já fabricava «Soda Water»; de onde a conclusão, lícita, de que a doutrina do aludido acórdão, no sentido de que o Decreto n.º 15 401 não tem aplicação senão aos casos posteriores a 17 de Abril de 1928, é favorável à ora Recorrente, pois que esta fabrica soda desde 1890; 9.^a a Recorrente, fabricando o produto «Soda» há mais de 70 anos, não está abrangida pelo condicionamento nele previsto; 10.^a porque não exercia, como hoje exerce, a indústria de exploração de águas minerais ou minero-medicinais, de águas de mesa ou de águas minerais artificiais ou artificialmente mineralizadas, não está incursa na disposição do artigo 85.º do referido Decreto; deste modo, 11.^a não procede nenhuma das razões de decidir, ou dos fundamentos úteis, em que o acórdão recorrido se abona, por isso que a) à «Soda Water» é adicionado um produto de *natureza vegetal* — o ácido cítrico ou tartárico — e esta matéria é uma das indicadas expressamente nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 42 139 de 25 de Fevereiro de 1959; b) a Soda Water é uma água gaseificada mas não é uma água mineral; c) à situação da Recorrente, que vem de há 70 anos, não tem aplicação a disposição do artigo 43.º, do Decreto n.º 15 401 de 17 de Abril de 1928, por força do seu artigo 85.º; d) o facto de, durante várias dezenas de anos a partir da publicação daquele diploma, nunca as referidas disposições de terem sido apostas, têm decisivo relevo no sentido de que a Administração sempre reconheceu que, perante a lei constituída, o fabrico de Soda Water, quer embalado e vendido em pepinos, sifões ou garrafas de qualquer espécie ou configuração, nunca esteve sujeito ao condicionamento específico que o Decreto n.º 15 401 criou para as águas de mesa e águas artificialmente mineralizadas; e) a «Soda» é actualmente, e a partir da vigência do Decreto-Lei n.º 42 159, de 25 de Fevereiro de 1959, e da Portaria regulamentar n.º 17 264 de 11 de Julho de 1959, considerada legalmente como refrigerante e, portanto, não sujeita ao condicionamento daquele Decreto n.º 15 401; de resto, 12.^a Reconhecendo o acórdão recorrido que a «Soda Water» é água potável adicionada a ácido tartárico ou cítrico e reconhecendo a Administração que: a) uma água comum qualquer, pelo simples facto de ser gaseificada, não pode compreender-se abrangida pelo condicionamento específico que o Decrto n.º 15 401 prescreve; e b) que a «Soda» enquanto — e se — embalada e ministrada em sifões não teria ou não terá de obedecer ao condicionamento directo — forçoso é concluir, visto que a embalagem do produto é totalmente irrelevante, que a «Soda Water» fabricada e vendida em garrafas pela Recorrente, não está subordinada aquele condicionamento específico

Em conclusão, sustenta a Recorrente que o acórdão recorrido violou as disposições da lei substantiva dos artigos 1.º, 43.º e 85.º do Decreto n.º 15 401 de 17 de Abril de 1928; dos artigos 1.º, 2.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 42 159 de 25 de Fevereiro de 1959, e dos artigos 31.º e 33.º da Portaria n.º 17 264 de 11 de Julho de 1959.

Pretende, conseqüentemente, que seja revogado o acórdão recorrido e anulado o despacho do Senhor Subsecretário de Estado da Indústria, com todas as legais conseqüências.

Por seu lado, a Recorrente «Canadá-Refrigerantes Americanos» adopta como suas as conclusões das alegações da anterior Recorrente — e que ficam reproduzidas.

Com base nelas, sustenta também que o acórdão recorrido violou as disposições legais que foram acima citadas.

E pretende, com o provimento do recurso, a anulação do despacho recorrido.

O Ex.^{mo} Magistrado do Ministério Público emite o parecer de fls. 93-94, no sentido de os recursos não merecerem provimento, devendo ser confirmado o acórdão recorrido.

Ainda, a fls. 95, veio a Recorrente «Companhia União Fabril Portuense» chamar a atenção para o Decreto-Lei n.º 44 437 de 30 de Junho de 1962 que dá nova redacção às disposições do Decreto n.º 15 401 précitado. E, depois de reproduzir o texto dos artigos 1.º e § único, e 3.º e § 1.º, conclui a Recorrente que esse Decreto-Lei n.º 44 437 veio interpretativamente resolver o problema deste processo, nos termos em que a Recorrente sempre o colocou, ou seja a) que a «Soda» é um produto que não está sujeito à disciplina do Decreto n.º 15 401; e b) que a «Soda» é um refrigerante e, como tal, sujeito — após a publicação do Decreto-Lei n.º 42 159 de 25 de Fevereiro de 1959, e da Portaria n.º 17 264 de 11 de Julho de 1959 — à disciplina destes diplomas.

Correram os autos, seguidamente, os vistos legais, estando em termos de julgamento.

Assim, e em conferência:

I. Em face da matéria de facto colhida, e fixada, pela Secção, por líquido há-de ter-se que o produto fabricado pela primeira Recorrente tem a natureza de água comum potável gaseificada — natureza que o adicionamento do bicarbonato ou ácido cítrico não é apto a retirar-lhe.

Igual matéria vem captada no que respeita à 2.^a Recorrente, já que idênticas são as situações de facto como explicitamente se consigna no acórdão recorrido.

Ora, à censura da matéria de facto não tem acesso este Tribunal Pleno, uma vez que — segundo a jurisprudência firmada, e constantemente reafirmada — deve continuar a ser considerado Tribunal de Revista, como já o era anteriormente à Lei Orgânica do Supremo Tribunal Administrativo (Decreto-Lei n.º 40 768, de 8 de Setembro de 1956).

O mesmo é que dizer que não pode o Tribunal Pleno desprender-se da matéria de facto fixada pela Secção, salvo nos casos excepcionais previstos pelo n.º 2.º do artigo 722.º do Código de Processo Civil. E não se mostra — nem se pretende — que na hipótese se verifique qualquer desses casos.

Desde logo, e não estando aberta à censura deste Tribunal Pleno a matéria de facto captada, à luz desta terá de ser contrastada a decisão de direito.

Sem objecto útil são, pois, as conclusões das alegações de recurso em que as Recorrentes empreendem a impugnação da matéria de facto fixada pela Secção.

É seguro que, nesse campo, não pode este Tribunal Pleno acompanhar as Recorrentes.

II. Ora, limitando o âmbito da censura deste Tribunal Pleno à esfera que a lei lhe impõe, há que consignar — em primeiro lugar, que o artigo 1.º do Decreto n.º 42 159 enumera, por via positiva, as bebidas que devem ser consideradas «refrigerantes», referindo as não fermentadas para consumo não imediato, obtidas por diluição, emulsão, suspensão ou mistura em água, de sumos, concentrados, xaropes, essências naturais, infusos, pastas, extractos de frutas ou quaisquer outros de origem vegetal.

É certo que as Recorrentes se reportam ao facto de o ácido cítrico ou tartárico, adicionado à água potável, ser um extracto de origem vegetal.

A verdade, porém, é que o artigo 9.º do Decreto n.º 42 159 précitado dispõe que os refrigerantes só podem ser acidulados com ácido cítrico e tartárico que estejam em determinadas condições.

Estes têm tão somente um fim peculiar: O de acidular os refrigerantes.

Desde logo, não constituem os extractos de origem vegetal a que se refere o artigo 1.º *in fine* do mesmo diploma, utilizados no fabrico de refrigerantes por diluição, emulsão, suspensão ou mistura com água.

Ora, esta água pode ser uma das águas minerais a que se reporta o artigo 3.º, e suas alíneas, do citado Decreto n.º 15 401. Mas pode ser, também, a água potável comum e aquela que a lei em vigor classifica de água de mesa (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 159 précitado e artigos 3.º e § 1.º da Portaria n.º 17 264).

III. Acresce que a «Soda Water», também simplesmente designada por «Soda» na linguagem corrente, é formada de água artificialmente carregada por ácido carbónico. Embora seja geralmente beneficiada com xaropes de frutos, ela é — substancialmente — uma água gaseificada.

Como tal, é abrangida pelo aludido Decreto n.º 15 401 — no seu artigo 1.º — e não deixa de o ser pelo facto de lhe ser adicionado ácido tartárico, ou cítrico, para obter a sua acidulação.

O mesmo é que dizer que o fabrico, da «Soda» em questão, carece de prévia autorização do Governo (artigos 3.º, 43.º do Decreto n.º 15 401) — autorização, esta, a conceder por Portaria da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

IV. Insistem as Recorrentes na sua tese de que o seu produto é um refrigerante, e de que os refrigerantes se distinguem das águas minerais, sendo objecto de legal diferenciação dados os preceitos dos artigos 2.º e 9.º do Decreto n.º 42 159, e do artigo 31.º da Portaria n.º 17 264, de 11 de Julho de 1958.

Essa tese não tem, porém, o mérito de favorecer as Recorrentes, uma vez que — ao utilizarem no seu produto água gaseificada por elas fabricada, têm necessariamente de ver esse fabrico subordinado aos preceitos do diploma que às águas gaseificadas se reportam.

Igualmente desprovido de aptidão à procedência se apresenta o argumento de que as Recorrentes fabricam o produto em causa há muito — seja desde 1928, seja até anteriormente —. Na verdade, não podendo a «Soda» ser tida por «refrigerante» como fica dito — ou não podendo por si só — não pode deixar de inscrever-se no âmbito do citado Decreto n.º 15 401.

Logo havia de estar subordinado, o seu fabrico, a prévia autorização — sendo irrelevante que esta lhes não fosse exigida anteriormente, uma vez que exigível era na data do despacho impugnado.

De resto, segundo o artigo 85.º do Decreto n.º 15 401 já citado, aqueles que — à data da publicação do Decreto — exercessem a indústria de exploração de águas de mesa ou de águas minerais artificiais — e a estas estavam equiparadas as gaseificadas — tinham o prazo de 3 meses para requerer a respectiva licença nos tempos do artigo 43.º.

Ora, não se mostra — nem se pretende — que, na hipótese a hajam requerido.

V. Resta considerar a argumentação da recorrente Companhia União Fabril Portuense — centrada em nova redacção dada aos artigos 1.º e 3.º do citado Decreto n.º 15 401 pelo Decreto-Lei n.º 44 437 de 30 de Junho de 1962 — e que é objecto do requerimento de fls. 95.

Liminarmente tem de recusar-se, a essa tese, qualquer relevo susceptível de projecção útil na resolução da hipótese *sub judice*.

Com efeito, a legalidade do acto administrativo ora impugnado tem de ser contrastada à luz do regime legal em vigor na data em que o acto foi emitido.

É jurisprudência pacífica deste Tribunal Pleno — Acórdãos de 10 de Maio de 1962 (Recurso n.º 1238) e de 20 de Dezembro do mesmo ano (Recurso n.º 1229) *in* Simões Correia, Acórdãos Doutrinais do S. T. A., ano II, n.º 18, pág. 888).

Ora, o invocado Decreto-Lei n.º 44 437 entrou em vigor em data muito posterior à da emissão do acto recorrido.

Por outro lado, a sua pretendida natureza interpretativa só poderia ser considerada — se devesse sê-lo — relativamente à integração, das águas minerais naturais gaseificadas, no âmbito do artigo 1.º do citado Decreto n.º 15 401.

Está longe de ter relevo, assim, na hipótese dos autos, até na tese das próprias Recorrentes quando afirmam que a «Soda Water» não é uma água mineral (fls. 86 v.º).

VI. De tudo se concluirá pela improcedência de cada uma das conclusões das alegações das Recorrentes — e, portanto, pela sua decadência *in integrum* — na impugnação da decisão recorrida, que antes aparece de manter.

Termos, em que, negando provimento aos recursos, confirmam a nossa decisão.

Custas pelas Recorrentes, fixando em seis mil escudos o Imposto de Justiça, e em três mil escudos a procuradoria, de cada uma.

Lisboa, 18 de Julho de 1963.

Joaquim Trigo de Negreiros (Presidente), Fernando Correia Pereira da Silva, Alberto Cabral da Silva Basto, Luís Francisco Lopes Navarro, José Augusto do Nascimento Neves, Henrique Dias Freire, Eudoro Pamplona Côte-Real, Emídio Beirão Pires da Cruz, António Luís Pereira, Manuel Lourenço Vasco, António Simões Correia. Fui presente, *Afonso Augusto Pinto.*

REGISTOS EFECTUADOS DURANTE OS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 1963

Nas descrições que se seguem usaremos algumas simplificações:

- 1 — Limitamo-nos a indicar o ponto de partida colocando-o dentro dum parêntesis, sem qualquer outra indicação;
- 2 — Adoptaremos para o ponto de partida uma redacção resumida, e isto, apenas, porque o espaço de que dispomos não permite a redacção integral indicada nos manifestos;
- 3 — No caso de registos feitos por coordendaas usaremos as seguintes convenções: letras S. J. para significar o sistema em relação ao Castelo de S. Jorge; letras C. M. para significar o sistema em relação ao ponto fictício das coordenadas militares; letras P. C. para significar que as medidas se tomam em relação ao Ponto Central. Neste caso, sempre que não indicarmos «sist. Bonne» deverá compreender-se que se trata do sistema Gauss;
- 4 — Estes indicativos serão seguidos de dois números: o primeiro representa a distância à meridiana e o segundo a distância à perpendicular. Essas distâncias entendem-se em metros, muito embora, para evitar repetições, as indiquemos como números abstractos.

DISTRITO DE BEJA

Concelho de Serpa:

Em 29 de Outubro: Registo de hematite por Société Minière et Industrielle du Tamega, SA, com escritório na Av. António Augusto de Aguiar, 163, 5.º D.: N.º 11, no sítio das Almojafas, freguesia de Vale de Vargo (C. M. + 113.840, + 268.410).

DISTRITO DE COIMBRA

Concelho de Montemor-o-Velho:

Em 16 de Outubro: Registo de sal-gema por Companhia dos Petróleos de Portugal, SARL, com sede na R. Castilho, 90, Lisboa: N.º 9, no sítio das Eiras, freguesia de Verride (C. M. + 153.000, + 355.000).

DISTRITO DE ÉVORA

Concelho de Mourão:

Em 12 de Setembro: Registo de ferro e aço (sic) por Jaime Caeiro Ferro, residente no Monte dos Estivais, Mourão: N.º 1, no sítio do Outeiro dos Currais, freguesia de Mourão (ponto de partida indeterminado).

Concelho de Portel:

Em 13 de Setembro: Registo de magnetite por António José da Veiga Teixeira, residente em Coruche: N.º 1, no sítio de S. Gião, freguesia de Alqueva (S. J. — 46.200, — 161.000).

DISTRITO DE LEIRIA

Concelho de Leiria:

Em 15 de Outubro: Registos de sal-gema por Companhia dos Petróleos de Portugal, SARL, com sede na R. Castilho, 90, Lisboa: N.º 1, no sítio do Grou de Baixo, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 138.100, + 329.500); N.º 2, no sítio da Fonte Cova, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 139.100, + 329.500); N.º 3, no sítio da Fonte Cova, freguesia de Coimbrão (C. M. + 138.900, + 328.500); N.º 4, no sítio do Paço, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 139.900, + 327.500); N.º 5, no sítio da Aroeira, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 138.350, + 325.500).

Em 16 de Outubro: Registos de sal-gema por Companhia dos Petróleos de Portugal, SARL: N.º 6, no sítio do Casal dos Secos, freguesia de Coimbrão (C. M. + 137.900, + 328.500); N.º 7, no sítio das Casas de Fonte Cova, freguesia de Coimbrão (C. M. + 139.900, + 328.500); N.º 8, no sítio do Cerrado da Velha, freguesia de Coimbrão (C. M. + 137.900, + 327.500); N.º 9, no sítio das Cavadas, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 138.900, + 327.500); N.º 10, no sítio do Porto Longo, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 138.200, + 326.500); N.º 11, no sítio do Paul de Baixo, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 139.200, + 326.500); N.º 12, no sítio da Lezíria, freguesia de Monte Redondo (C. M. + 139.100, + 324.400); N.º 13, no sítio da Carreira, freguesia de Souto da Carpalhosa (C. M. + 138.900, + 322.200); N.º 14, no sítio de Monte Real (Vala da Areia), freguesia de Monte Real (C. M. + 138.100, + 321.300); N.º 15, no sítio e freguesia de Monte Real (C. M. + 138.100, + 320.300).

Concelho de Pombal:

Em 16 de Outubro: Registos de sal-gema por Companhia dos Petróleos de Portugal, SARL, com sede na R. Castilho, 90, Lisboa: N.º 2, no sítio do Juncal Gordo, freguesia de Carriço (C. M. + 137.700, + 336.500); N.º 3, no sítio do Juncal Gordo, freguesia de Carriço (C. M. + 138.500, + 335.500); N.º 4, no sítio da Relvinha, freguesia de Carriço (C. M. + 138.800, + 334.500); N.º 5, no sítio do Cabeço Gordo, freguesia de Carriço (C. M. + 138.800, + 333.500); N.º 6, no sítio dos Cabeços Altos, freguesia de Carriço (C. M. + 138.800, + 332.500); N.º 7, no sítio da Raza, freguesia de Mata Mourisca (C. M. + 138.800, + 331.500); N.º 8, no sítio dos Olhos de Água, freguesia de Mata Mourisca (C. M. + 139.800, + 131.500); N.º 9, no sítio do Grou, freguesia de Mata Mourisca (C. M. + 138.500, + 330.500); N.º 10, no sítio do Nasce Água, freguesia de Mata Mourisca (C. M. + 139.500, + 330.500).

Em 28 de Outubro: Registo de lignite por Elísio Gonçalves, residente na estrada da Estação, Soure: N.º 11, no sítio do Alto dos Crespos, freguesia de Pombal (C. M. + 151.875, + 344.150).

DISTRITO DE LISBOA

Concelho de Mafra:

Em 9 de Setembro: Registo de minério de ferro por Celestino da Luz, residente no lugar da Igreja Nova, Mafra: N.º 1, no sítio dos Cabeços dos Cartaxos, freguesia de Igreja Nova (ponto de partida indeterminado).

DISTRITO DE FARO

Concelho de Loulé:

Em 5 de Setembro: Registos de sal-gema por José Guerreiro Farrajota Cavaco, João Farrajota Alves, residentes em Loulé, e Socinter — Sociedade Intercontinental de Comércio Marítimo, SARL, com sede na Av. Duque d'Ávila, 203, 3.º, Lisboa: N.º 11, no sítio da Bemposta, freguesia de S. Sebastião (C. M. + 208.250, + 19.850); N.º 12, no sítio da Campina de Cima, freguesia de S. Clemente (C. M. + 211.070, + 18.285); N.º 13, no sítio de Santa Catarina, freguesia de S. Clemente (C. M. + 210.260, + 17.095).

Em 17 de Setembro: Registos de sal-gema por José Guerreiro Farrajota Cavaco, João Farrajota Alves e Socinter — Sociedade Intercontinental de Comércio Marítimo, SARL: N.º 14, no sítio da Costa, freguesia de S. Clemente (C. M. + 208.870, + 18.315); N.º 15, na vila de Loulé, freguesia de S. Sebastião (C. M. + 209.635, + 19.135); N.º 16, no sítio dos Calvários ou Vale, freguesia de S. Clemente (C. M. + 209.210, + 17.325).

DISTRITO DA GUARDA

Concelho de Fornos de Algodres:

Em 12 de Setembro: Registos de cassiterite, na freguesia de Vila Ruiva, por Mineira de S. João, L.^{da}, com sede na R. da República, Gouveia: N.º 1, no sítio da Quinta da Pereira (S. J. — 137.350, — 207.650); N.º 2, no sítio da Bogalheira (residência do caseiro da propriedade Bogalheira, de Dr. António Mendes).

Concelho de Gouveia:

Em 5 de Setembro: Registo de cassiterite por Augusto Fraga Mendes Belo, residente em Gouveia: N.º 4, no sítio de Vale de Cadela, freguesia de S. Pedro de Gouveia (S. J. — 132.475, — 197.825).

DISTRITO DE PORTALEGRE

Concelho de Elvas:

Em 23 de Outubro: Registos na Herdade da Pereira de Cima, freguesia de Santa Eulália, por António Picão Caldeira, residente na Quinta do Chichorro, em Santa Eulália: N.º 1, de cassiterite, tantalite, columbite e ilmenite (a 100 m ao sul do marco geodésico denominado da Sáfara); N.º 2, de cassiterite (P. C. + 70.700, — 72.075).

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

Concelho de Melgaço:

Em 2 de Setembro: Registo de berilo, volframite e tantalite por Pedro Domingues Lourenço, residente em Rouças, Arcos de Valdevez: N.º 2, no sítio

das Lameiras da Cabecinha, freguesia da Gave (centro duma casa térrea, conhecida por Lameiras da Cabecinha, propriedade do registador, e situada no lugar das Lameiras de Cima).

DISTRITO DE VISEU

Concelho de Oliveira de Frades:

Em 23 de Outubro: Registo de volfrâmio e estanho por António Joaquim Borges, residente em Valadares, S. Pedro do Sul: N.º 1. no sítio de Nespereira, freguesia de Pinheiro de Lafões (cruzamento dos caminhos da Eira, velho e novo, que vindo da estrada se dirigem para o lugar de Nespereira).

MINAS ABANDONADAS

Referidas a 31 de Agosto de 1963

O decreto-lei n.º 18 713, de 1 de Agosto de 1930, estabelece, nos seus art.ºs 91, 94 e seguintes, que as minas abandonadas poderão voltar a ser concedidas e, no § único do art.º 94, determina que as «plantas e os relatórios referentes às minas abandonadas serão facultados ao exame das pessoas interessadas, na Repartição de Minas».

A publicação do inventário de minas abandonadas, posto nas páginas seguintes, não resulta de disposição legal que a tanto obrigue. Fazemo-la, apenas, na ideia de que um tal trabalho poderá ser de algum modo vantajoso para a mineração nacional e para aqueles que por ela se interessam.

Os elementos adiante impressos foram conferidos até 31 de Agosto de 1963. A partir de então os originais entraram na tipografia e não puderam sofrer mais alterações, pelo que, à data da saída do nosso boletim, haverá a registar adjudicações e abandonos que não puderam ser devidamente anotados.

Em face do exposto, os elementos recolhidos no presente inventário carecem de confirmação que deverá ser feita pelos interessados, não devendo estes perder de vista que à Repartição de Minas é materialmente impossível fornecer tais confirmações, referidas ao dia em que são pedidas, uma vez que os requerimentos de adjudicação podem ser entregues tanto em Lisboa, como no Porto.

N.º	Nome	Substância	Freguesia	Concelho	Data do abandono
DISTRITO DE AVEIRO					
5	Santa Cristina (Fervença)	Carvão	Vacariça	Mealhada	17- 3-55
129	Barranco de Linhó e Vale de Cepa	Carvão e ferro	»	»	17- 3-55
130	Barranco de Linhó e Vale de Enchutos	» »	»	»	17- 3-55
211	Albaião-Carvoeiro	Antimónio	Canedo	Feira	19- 5-14
215	Fojo	Chumbo	Silva Escura	Sever do Vouga	24- 8-23
216	Regadas	»	Sever do Vouga	Sever do Vouga	24- 8-23
259	Vale da Ponte das Galhardas	Arsénio	Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	14- 3-23
374	Fontã	Ferro	Luso	Mealhada	7- 9-32
375	Louredo	»	»	»	7- 9-32
535	Estreito ou Mecha Nova	»	»	»	8- 2-44
536	Vale da Cepa	»	»	»	8- 2-44
587	Santa Cristina n.º 1	»	Vacariça	»	7- 9-32
862	Covão das Mestras	Carvão	V. N. Monsarros	Anadia	25- 6-35
1420	As Quintas	»	V. N. Monsarros	»	25- 6-35
1538	Giestal	Arsénio	Lobão	Feira	6- 9-45
2233	Levadas	Estanho e Volfrâmio	Fiães	»	17- 7-54
2835	Igreja	Caulino	Guisande	»	19- 7-57
2739	Quintã	»	S. João da Madeira	S. João da Madeira	19- 7-57
2208	Arieiro	Volfrâmio	Feira	S. João de Ver	2- 6-59
1003	Outeiro Treal	Volfrâmio e Estanho	Cabreiros	Arouca	9- 5-60
1326	Cabreiros	Volfrâmio	»	»	9- 5-60
1328	Lugar de Cabreiros	»	»	»	9- 5-60
1442	Salgueiral	Carvão	Luso	Mealhada	9- 5-60
1524	Lugar de Nadais	Volfrâmio	Escapães	Feira	1- 8-61
1523	Arcozelo	»	S. Jorge	»	30-12-61
2819	Almalho	Chumbo e prata	Valemaior	Albergaria-a-Velha	2- 4-62
DISTRITO DE BEJA					
32	Herdade de Ruy Gomes	Cobre	Santo Agostinho	Moura	17- 3-21
113	Azambujeira	Ferro Manganés	São Luís	Odemira	29- 1-25

136	São Bartolomeu	Ferro e cobre	V.ª N.ª Baronia	Alvito	5- 5-19
151	Herdade da Ataboeira	Ferro manganés	São Luís	Odemira	18-12-99
335	Vale de Espadas	Antimónio	Aldeia Nova S. Bento	Serpa	2- 6-49
443	Barbanche	Ferro	S. Luís	Odemira	2-10-20
522	Telheiro	Cobre	Santa Luzia	Ourique	17- 3-21
544	Canto da Mesa	Ferro	São Luís	Odemira	28- 2-34
545	Courela dos Gaviões	Chumbo	São Luís	Odemira	27- 5-44
546	Mesa do Chocalhinho	Ferro	Salvador	»	28- 2-34
806	Quinta de São Vicente	Cobre	Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	20- 6-31
808	Cerro da Estrada	»	Peroguarda	Ferreira do Alentejo	20- 6-31
DISTRITO DE BRAGA					
132	Bouça (Lugar do Quintão)	Ferro	Paradela	Barcelos	1- 7-96
1931	Ribeiro dos Seixos	Estanho	Codeçoso	Celorico de Basto	11- 2-56
2090	Balleiro	Manganés	Sequeira	Braga	21- 7-49
2800	Chão de Miregos	Volfrâmio	Carvalheira	Terras do Bouro	5-11-54
2898	Milhazes	Estanho	Milhazes	Barcelos	23- 8-60
2828	Alpoim	Estanho e Volfrâmio	Fradelos	V.ª N.ª Famalicão	23- 2-61
966	Terra Negra	Grafite	Ribeirão	V.ª N.ª Famalicão	16- 2-62
3005	Pedra Fita	Volfrâmio	Outiz	» »	13-12-62
2654	Miradouros	Volfrâmio e estanho	Gondifelos	» »	12- 7-63
DISTRITO DE BRAGANCA					
122	Sítio da Coitadinha	Chumbo e antimónio	Santa Madalena Grijó de Vale Benfeiro	Macedo de Cavaleiros	30- 4-56
126	Candedo	Antimónio	Outeiro	Bragança	19- 9-52
174	Serrinha	Antimónio e prata	Mogadouro	Mogadouro	30-12-55
202	Vale da Mulher	Antimónio	Outeiro	Bragança	30- 7-49
210	Cabecinha do Prado	»	Vilar do Chão	Alfândega da Fé	30-12-55
265	Vinha da Mina	Chumbo	Valverde	Mogadouro	27- 8-53
1037	Cabeço do Seixo Selvagem ou Samil	Cobre e prata	Samil	Bragança	9- 4-31
1048	Deveza de Cima	Cobre e prata	Samil	Bragança	17- 4-35
1372	Cabeço da Senhora dos Montes Ermos	Arsénio	Freixo de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta	24- 4-35
1528	Caminho Largo	Arsénio e ouro	Freixo de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta	24- 4-35

N.º	Nome	Substância	Freguesia	Concelho	Data do abandono
2525	Vale	Estanho	Pombal	Carrazeda de Ansiães	21- 3-56
2940	Valvelos ou Alvelos	Estanho e volfrâmio	Lamalanga	Macedo de Cavaleiros	24- 7-54
139	Babe	Manganés	Babe	Bragança	8- 3-57
2286	Poça	Estanho	Paranhos	Carrazeda de Ansiães	13- 7-57
2468	Sardoal	Crómio	Paramio	Bragança	2- 6-58
60	Vila Meã	Cobre	Deilão	»	24- 1-61
573	Vale de Cancelo	Ouro e prata	França	»	24- 1-61
1672	Monte Figueira n.º 2	Arsénio e prata	Frechas	Mirandela	24- 1-61
2185	Latadas	Ouro, prata e arsénio	S. Salvador	»	24- 1-61
2190	Lomba da Veiga	» » »	Trindade	Vila Flor	24- 1-61
2370	Ribeira de Freixeda n.º 3	» » »	Freixeda	Mirandela	24- 1-61
2371	Ribeira de Freixeda n.º 5	» » »	Trindade	Vila Flor	24- 1-61
2374	Monte Figueira n.º 3	» » »	Frechas	Mirandela	24- 1-61
2375	Monte Figueira n.º 6	» » »	»	»	24- 1-61
2377	Mouros n.º 4	» » »	Vila Verde	»	24- 1-61
2378	Malhadas n.º 4	» » »	» »	»	24- 1-61
2622	Malhadas n.º 1	» » »	Freixeda	»	24- 1-61
2623	Malhadas n.º 2	» » »	»	»	24- 1-61
2624	Malhadas n.º 3	» » »	»	»	24- 1-61
2625	Moinho do Videira n.º 2	» » »	»	»	24- 1-61
2626	Moinho do Videira n.º 3	» » »	»	»	24- 1-61
2628	Ribeira de Freixeda n.º 4	» » »	»	»	24- 1-61
2629	Ribeira de Freixeda n.º 7	» » »	»	»	24- 1-61
2630	Mouros n.º 5	» » »	Vila Verde	»	24- 1-61
2896	Pedra Luz n.º 2	» » »	Frechas	»	24- 1-61
515	Picão	Antimónio	Campo de Víboras	Vimioso	19- 4-61
1370	Carreirão do Ferradal	Chumbo	Quintanilha	Bragança	2- 4-62
1605	Quintanilha n.º 14	»	»	»	2- 4-62
1606	Quintanilha n.º 10	»	»	»	2- 4-62

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

404	Roncões	Volfrâmio	Lousa	Castelo Branco	2- 8-55
413	Barroca das Chocas	Chumbo	Salvaterra do Extremo	Idanha-a-Nova	9- 3-46

444	Ribeira da Ladeira	Chumbo	Salvaterra do Extremo	Idanha-a-Nova	9-12-48
508	Vale das Eiras	»	» »	» »	23-10-33
698	Pinhal dos Corvos	Volfrâmio	Pero Viseu	Fundão	30-12-55
699	Vales	»	» »	»	30-12-55
714	Ribeira da Nave	»	» »	»	30-12-55
715	Sítio de Lampires	»	» »	»	30-12-55
735	Barroca das Choças n.º 2	Chumbo	Salvaterra do Extremo	Idanha-a-Nova	9-12-48
736	Barroca das Choças n.º 3	»	» » »	» »	9-12-48
737	Barroca das Choças n.º 4	»	» » »	» »	25- 9-36
738	Forninho do Bispo	»	Castelo Branco	Castelo Branco	4- 7-53
1046	S. Pedro Novo	Ferro	Fundão	Fundão	5- 9-933
1152	Senhora da Granja	Volfrâmio	Proença-a-Nova	Idanha-a-Nova	7- 6-956
1359	Pontão da Cebola	Estanho	Aldeia do Mato	Covilhã	24-11-933
1362	Alagoa	»	Aldeia do Mato	»	2- 3-948
1377	Barranca	»	Orjais	»	2- 5-947
1378	Quinta Nova	»	»	»	24-11-953
1454	Feiteiras	Chumbo	Telhado	Fundão	9- 4-955
2534	Atalaia	Estanho	Teixoso	Covilhã	24-11-953
2797	Vale de Ferro	Estanho e volfrâmio	Fatela	Fundão	30- 4-956
1632	Lamaçais n.º 3	Estanho	Orjais	Covilhã	12- 1-957
1671	Várzea n.º 4	»	»	»	25- 1-957
1322	Várzea n.º 3	»	»	»	25- 1-957
826	Fonte da Oliveirenta	Volfrâmio	Proença-a-Velha	Idanha-a-Nova	25- 1-957
3134	Vale Brochado	»	Dominguizo	Covilhã	28- 1-957
1239	Várzea	Estanho	Belmonte	Belmonte	1- 3-957
967	Cabeço Redondo	Volfrâmio	Cortes do Meio e Tor- tozendo	Covilhã	12- 7-957
2439	Fonte Serrana	Volfrâmio e estanho	Lousa	Castelo Branco	12- 7-957
836	Peraboa	Volfrâmio	Peraboa	Covilhã	12- 7-957
2010	Lardosa n.º 2	Estanho	Lardosa	Castelo Branco	22- 7-957
2214	Tapada dos Carvalhos	Estanho e volfrâmio	Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	14- 9-956
2197	Galdins	Volfrâmio e antimónio	Sarzedas	Castelo Branco	2-10-957
1270	Alagoa n.º 3	Estanho	Aldeia do Mato	Covilhã	27- 9-958
1631	Lamaçais n.º 2	»	Orjais	»	27- 9-958
783	Carrasco	»	Belmonte	Belmonte	1- 8-960
1358	Lameiras	»	Vale Formoso	»	1- 8-960
1360	Tapada Nova	»	Belmonte	Belmonte	1- 8-960
1368	Catraias	»	Vale Formoso	Covilhã	1- 8-960
1506	Quinta do Vale Furão	»	» »	»	1- 3-960

N.º	Nome	Substância	Freguesia	Concelho	Data do abandono
2809	Fonte Barranco	Estanho e Volfrâmio	Vilar Formoso	Almeida	7-12-957
769	Perdigôa	Volfrâmio	Figueiró da Serra	Gouveia	19-2- 958
2088	Cabeço do Lobo	Antimónio e arsénio	Murça	V. N. de Foz Côa	19- 2-958
1093	Cabeço do Rochão	Estanho	Celorico (St. ^a Maria)	Celorico da Beira	31- 3-959
1332	Covões ou Campo de Lu-gares	Volfrâmio	Linhares	Celorico da Beira	31- 3-959
3067	Abelheiras n.º 2	Estanho e titânio	Algodres	Fornos de Algodres	31-3-959
3068	Abelheiras n.º 3	»	»	Fornos de Algodres	31- 3-959
2661	Tapada da Pocariça ou Sei-xais	Estanho	Panóias de Cima	Guarda	11- 9-959
1057	Águas Belas n.º 1	»	Águas Belas	Sabugal	12- 7-960
1278	Barco	»	V. Boa do Mondego	Celorico da Beira	12- 7-960
1282	Vale da Fonte Grande	»	Celorico (S. Pedro)	»	12- 7-960
1297	Lameirinho	»	Celorico (S. Pedro)	»	12- 7-960
637	Sobral	»	Vela	Guarda	1- 8-960
1584	Teixeira n.º 1	»	»	»	1- 8-960
1617	Tapada dos Sobreiros	»	»	»	1- 8-960
481	Pardante	Volfrâmio	Pínzio	Pinhel	23- 8-960
507	Outeiro do Seixo	»	Safurdão	»	23- 8-960
821	Seixo Branco	»	Cerdeira	Sabugal	23- 8-960
2668	Razeiras	Volfrâmio e estanho	Casal de Cinza	Guarda	23- 8-960
1091	Pardo	Estanho	Celorico (St. ^a Maria)	Celorico da Beira	2-12-960
1299	Valagota n.º 3	»	Celorico (S. Pedro)	»	2-12-960
1209	Alto da Fonte da Arca	Volfrâmio e estanho	Folgosinho	Gouveia	2-12-960
127	Quarta-Feira	Cobre	Sortelha	Sabugal	4- 7-961
1049	Morganheira	Estanho	Pega	Guarda	2- 4-962
3065	Caiparotos	»	Pala	Pinhel	2- 4-962
1072	Fraguas	»	Santana da Azinha	Guarda	2- 4-962
1092	Quinta da Erva n.º 2	»	»	«	2- 4-962
1097	Vale Covo	«	Vide entre Vinhas	Celorico da Beira	2- 4-962
1124	Galisteu Sul	Estanho e Volfrâmio	»	»	2- 4-962
1178	Galisteu Norte	Estanho	»	»	2- 4-962
1462	Vale de Figueira	»	Cortiço da Serra	»	2- 4-962
2877	Tapadas do Pena	Volfrâmio	Moreira de Rei	Trancoso	23- 4-962
2878	Espadanal	»	Valdujo	»	23- 4-962

820	Olival da Meia Légua	Volframio e Estanho	Carragozela	Seia	13-12-962
479	Colmeia	Volframio	Pinzio	Pinhel	22- 2-963
1364	Cabeça da Mó	»	»	»	22- 2-963
673	Seixal de Rocamonde	»	Rocamonde	Guarda	22- 2-963
768	Fonte da Guarda	»	Freixo	Almeida	22- 2-963
999	Quinta da Jejua	»	»	»	22- 2-963
2230	Mousinho	Estanho	Vila Fernando	Guarda	19-4 -963

DISTRITO DE LEIRIA

35	Lugar da Granja	Betume-asfalto	Monte Real	Leiria	6- 7-904
555	Calçada das Lamas	Carvão	Porto de Mós (S. J. Baptista)	Porto de Mós	17-12-954
576	Horta dos Vales	Ferro	Alvaiázere	Alvaiázere	10- 2-950
577	Ribeira de Almeida	»	Pussos	»	10- 2-950
581	Vale do Alcaide	»	Alvaiázere	»	10- 2-950
583	Casal do Morais	»	»	»	10- 2-950
585	Ladeira de Maças de Ca-minho	»	Maças de Caminho	»	10- 2-950
831	Sítio dos Canos	Carvão	Azoia	Leiria	11- 2-947
885	Sítio do Penedo	»	Porto de Mós (S. Pedro)	Porto de Mós	17-12-954
1078	Figueira da Costa n.º 1	»	Cerro Ventoso	»	17-12-954
1181	Outeiro do Jardim	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	»	17-12-954
1182	Porto de Mós	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	»	17-12-954
1183	Vale do Lena n.º 3	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	»	17-12-554
1184	Vale do Lena	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	»	17-12-954
1185	Figueiredo	»	Porto de Mós (S. Pedro)	»	17-12-954
1186	Manjoulou n.º 2	»	Porto de Mós (S. Pedro)	»	17-12-954
1187	Figueiredo n.º 2	»	Porto de Mós (S. Pedro)	»	17-12-954
1188	Portela	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	»	17-12-954

N.º	Nome	Substância	Freguesia	Concelho	Data do abandono
1189	Bezerra n.º 2	Carvão	Porto de Mós (S. Pedro)	Porto de Mós	17-12-954
1190	Serro Ventoso	»	Serro Ventoso	» »	17-12-954
1191	Alqueidão n.º 1	»	Arrimal	» »	17-12-954
1192	Alqueidão n.º 2	»	»	» »	17-12-954
1193	Arrabal	»	»	» »	17-12-954
1194	Moinho de Manuel Gil	»	»	»	17-12-954
1195	Casal de Vale de Ventos	»	Turquel	Batalha	17-12-954
1196	Moinho de Gil dos Santos	»	Arrimal	Porto de Mós	17-12-954
1197	Moinho de António Carreira	»	Turquel	Batalha	17-12-954
1198	Serro Ventoso n.º 2	»	Serro Ventoso	Porto de Mós	17-12-954
1388	Paço	»	Batalha	Batalha	17-12-954
1389	Barradas n.º 1	»	Porto de Mós (S. Pedro)	Porto de Mós	17-12-954
1391	Alqueidão da Serra	Carvão e ferro	Alqueidão da Serra	» »	17-12-954
1392	Mendigos	Carvão	Porto de Mós (S. J. Baptista)	» »	17-12-954
1393	Jardim n.º 2	»	Porto de Mós (S. Pedro)	» »	17-12-954
1394	Piedosas e Alcanadas	»	Batalha	Batalha	17-12-954
1396	Lagoa do Vale	»	Porto de Mós (S. Pedro)	Porto de Mós	17-12-954
1397	Jardim n.º 3	»	Porto de Mós (S. Pedro)	» »	17-12-954
1406	Vale do Pereiro	»	Vermoil	Pombal	11- 2-947
1472	Casal Novo	»	Batalha	Batalha	17-12-954
1473	São Sebastião	»	»	»	17-12-954
1474	Zambujal n.º 2	»	Alcaria	Porto de Mós	17-12-954
1475	Zambujal n.º 4	»	»	» »	17-12-954
1476	Zambujal n.º 3	»	»	» »	17-12-954
1477	Vale da Fornea	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	» »	17-12-954
1545	Benjunco ou Outeiro da Mina	Cobre	S. Pedro	Óbidos	25- 6-935

1601	Casal do Negrelho n.º 2	Lenhite	Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	25- 9-936
1958	Granja	Hid. carb. e sub. bet.	Monte Real	Leiria	12- 8-939
2368	Lagoa de Santa Catarina	Carvão	Abiul	Pombal	17- 3-955
2658	Mosteiro	Ouro	Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	18-11-952
2659	Salaborda Velha	»	Vila Facaia	Pedrógão Grande	18-11-952
2178	Barreiros	Carvão	Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	12- 7-957
887	Castanheiro	»	Porto de Mós (S. Pedro)	» »	28-12-956
1077	Bezerra	»	Serro Ventoso	Porto de Mós	28-12-956
1079	Vale das Bragadas	»	Serro Ventoso	» »	28-12-956
1390	Chão da Feira	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	» »	28-12-956
1395	Carqueijal d'Além	»	Porto de Mós (S. J. Baptista)	» »	28-12-956
1640	Vale Grande	»	Arrimal, Mendiga, Porto de Mós (S. Pedro) e Serro Ventoso	» »	28-12-956
748	Alto do Casal	Manganés	Redinha	Pombal	7-12-957
20	Alcanadas e Chão Preto	Carvão	Batalha	Batalha	2- 7-959
119	Cabeço do Veado	Carvão e ferro	Mendiga	Porto de Mós	2- 7-959
687	Ferraria	Carvão	Porto de Mós (S. J. Baptista)	» »	2- 7-959
828	Pinhal de Leiria	»	Marinha Grande	Marinha Grande	23- 2-961
1069	Arneiros	»	Óbidos (S. Pedro)	Óbidos	23- 2-961
1594	Brejos n.º 2	Turfa	Amoreira	»	23- 2-961
1595	Brejos n.º 5	»	»	»	23- 2-961
1596	Brejos n.º 6	»	»	»	23- 2-961
1597	Rego Travesso	»	»	»	23- 2-961
1600	Casal do Negrelho n.º 1	Carvão	Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	23- 2-961
1633	Moinho Novo	»	Serra do Bouro	Caldas da Rainha	23- 2-961
1880	Pinhais da Vendeira	»	Colmeias	Leiria	23- 2-961

DISTRITO DE LISBOA

301	Quinta da Minarvela	Ferro	Sintra — Penaferirim	Sintra	27- 1-905
400	Vale Escuro	Subst. betumin.	Torres Vedras (Santa Maria)	Torres Vedras	2-10-920

N.º	Nome	Substância	Freguesia	Concelho	Data do abandono
DISTRITO DE PORTALEGRE					
46	Herdade do Balouco	Chumbo	S. Bartolomeu	Arronches	15- 4-902
49	Herdades dos Lobatos	»	Assunção	»	2- 6-949
72	Olival das Freiras	»	Santo Ildefonso	Elvas	26- 5-948
73	Tapada do Olival	»	»	»	27- 5-919
114	Barrinho	Cobre	N.ª S.ª da Conceição	»	15- 4-902
480	Courela da Água de Banhos	Chumbo	S. Vicente e Ventosa	»	1- 6-956
548	Herdade de Fraústo	Cobre	N.ª S.ª da Graça dos Degolados	Campo Maior	25- 2-913
664	Outeiro ou Monte da Colea	»	Monforte	Monforte	20- 6-931
890	Nave Redonda	Fosforite	St.ª M.ª da Deveza	Castelo de Vide	9-12-924
909	Canto das Moutas	»	»	»	9-11-932
910	Vale do Sancho	»	»	»	9-11-932
914	Ribeira de São João	»	Santiago	»	9-12-924
920	Marafuz e Borregão	»	St.ª M.ª da Deveza	»	30- 5-935
921	Nave da Câmara	»	Santiago	»	30- 5-935
923	Seixal	»	St.ª M.ª da Deveza	»	30- 5-935
924	Nave dos Barreiros	»	»	»	9-11-932
925	Canto das Nogueiras	»	Santiago	»	9-11-932
926	Picoto Segundo	»	St.ª M.ª da Deveza	»	9-11-932
927	Ribeira da Goleima	»	»	»	9-11-932
928	Picoto Primeiro	»	»	»	9-11-932
929	Vale do Cano	»	»	»	9-11-932
930	Canchos da Torrinha	»	»	»	9-11-932
931	Lagar do Mêdo	»	»	»	9-11-932
932	Casa Branca	»	»	»	9-11-932
933	Santo Amador	»	»	»	30- 5-935
934	Feiteira	»	»	»	9-11-932
2795	Poio	Volfrâmio	Espírito Santo	Nisa	24- 1-961
152	Herdade do Pombalinho	Chumbo	Monforte	Monforte	23- 2-961

DISTRITO DO PORTO					
208	Ribeiro de Paradela	Antimónio	Lagares	Penafiel	30-12-955
226	Crista da Serra	»	Rio Tinto e Valongo	Gondomar e Valongo	12- 6-946
231	Vale Diogo—Santa Comba	Chumbo	Sobreira	Paredes	14-11-945
239	Costa do Vale do Couto	Antimónio	Recarei e Campo	Paredes — Valongo	7- 6-956
250	Ribeira da Quinta do Cavallo Morto	»	Valongo	Valongo	30-12-955
256	Banja	»	Recarei	Paredes	7- 6-956
2367	Moinhos de Riba n.º 1	Antimónio	Valongo	Valongo	30- 7-949
1862	Costa de Anta	Estanho	Ansiães	Amarante	13- 7-957
235	Avessada	Antimónio	Recarei	Paredes	25- 1-957
2352	Caniteis	Estanho	Macieira da Lixa	Felgueiras	23- 2-961
2353	Tapada dos Eucaliptos	»	»	»	23- 2-961
2354	Crespins	»	»	»	23- 2-961
2355	Trovisqueiras	»	»	»	23- 2-961
2147	Tapadas do Salão	»	»	»	19- 4-961
DISTRITO DE SANTARÉM					
377	Sobreiras das Teixoeiras	Arsénio	Santiago de Montalegre	Sardoal	2- 3-915
817	Cadima	Carvão	Vale de Santarém	Santarém	2- 3-948
2143	Vale de Carneiros	»	Samora Correia	Benavente	15- 1-951
1640	Vale Grande	»	Alcanede	Santarém	28-12-956
1280	Poço Redondo	Ouro	Junceira e Olalhas	Tomar	31- 3-959
DISTRITO DE SETÚBAL					
612	Cerro do Pinheiro da Bela Vista	Ferro e manganés	Cercal	Santiago do Cacém	30-11-932
614	Geralda	»	»	»	30-11-932
616	João Pinheiro (Herdade do Raco de Cima)	»	»	»	30-11-932
617	Moinho das Maroteiras	»	»	»	30-11-932
1604	Quinta da Assa n.º 1	Turfa	São Sebastião	Setúbal	17- 3-939
1277	Moinho da Ordem	Carvão	Santa Susana	Alcácer do Sal	12-11-955

N.º	Nome	Substância	Freguezia	Concelho	Data do abandono
DISTRITO DE VIANA DO CASTELO					
1553	Monte da Gávea	Arsénio e estanho	Reboreda	Vila Nova de Cerveira	12- 7-957
2640	Penedo do Outão	Estanho	Covas	Vila Nova de Cerveira	26- 6-958
2292	Cova da Raposa (Lamas I)	Estanho e volfrâmio	Vascões	Paredes de Coura	2- 6-959
2295	Cova da Raposa (Lamas II)	» »	»	» »	2- 6-959
2293	Lugar de Lamas	» »	»	» »	22- 2-960
2203	Santa Luzia n.º 3	» »	Carreço	Viana do Castelo	9- 5-960
2320	Corjães	» »	Lanheses	Viana do Castelo	9- 5-960
DISTRITO DE VILA REAL					
76	Fonte Nova	Chumbo	Covas do Douro	Sabrosa	16- 8-899
334	Vale do Campo	»	Curros	Valpaços	21- 3-956
567	Lugar do Seixo	Cobre	Covelinhas	Peso da Régua	8- 2-944
827	Fontelas (Monforte n.º 1)	Volfrâmio	Bobadela	Chaves	22- 4-953
2058	Lamago	»	Vilar de Perdizes	Montalegre	29- 4-955
2756	Salgueirinha	Estanho e Volframio	Vila Chã	Alijó	8- 9-951
818	Campina	Volfrâmio	Redondelo	Chaves	12- 7-957
2345	Quelha do Moinho do Carrazedo	Estanho	Ribeira de Pena (Salvador)	Ribeira de Pena	13- 7-957
1269	Alto de Feijão	Volfrâmio	Telões	Vila Pouca de Aguiar	13- 7-957
796	Boucinha do Sargaço n.º 2	»	Vreia de Jales	Vila Pouca de Aguiar	13- 7-957
734	Valdegas	»	Pinho	Boticas	3- 9-958
99	Malhadinha	Estanho	Torgueda	Vila Real	3- 9-958
200	Lugar dos Sinos	Cobre	Galafura	Peso da Régua	2- 6-959
201	Sítio do Seixo	»	»	Peso da Régua	2- 6-959
2343	Fraga da Raposa	Estanho	Fiolhoso	Murça	2- 7-959
2344	Alto dos Mouros	Volfrâmio	Ribeira de Pena (Salvador)	Ribeira de Pena	2- 7-959

2337	Lage Escorregadia	Estanho e Volframio	Beça	Boticas	2-4-962
2338	Monte das Vargelas	» »	»	»	2-4-962
3243	Alto da Peleira	Estanho	Eiras	Chaves	2-4-962
3244	Alto da Cotovia	»	»	»	2-4-962
3245	Outeiro da Sarnosa	»	S. Julião de Montenegro	»	2-4-962
2300	Pinhal Grande	Volframio	Vila Verde	Alijó	11- 6-962
2833	Viduais	»	Vila Marim	Vila Real	22- 2-963
487	Montado das Cordas	»	Cerva	Ribeira de Pena	12- 7-963
DISTRITO DE VISEU					
308	Campo Fundeiro	Ouro	Ester	Castro Daire	9- 4-907
310	Nordeste do Campo Fundeiro	»	»	» »	9- 4-907
1341	Ribeira de Bage	Volfrâmio e estanho	Sul	S. Pedro do Sul	12-11-955
1067	Senhora do Crasto	Volfrâmio	Vilar de Souto	Viseu	25- 1-957
2009	Encosta do Monte de Santa Luzia n.º 2	Estanho e volfrâmio	Abraveses e Campo	»	1- 3-957
1256	Mata do Ferronho n.º 1	» »	Vil do Souto	»	22- 7-957
2636	As Várzeas	» »	Bodiosa	»	14- 9-956
2637	Vale	» »	»	»	14- 9-956
986	Barbasal	Volfrâmio	S. Miguel do Outeiro	Tondela	7-12-957
2734	Porto	Estanho	Quintela de Azurara	Mangualde	2- 7-959
37	Santa Leocádia	Chumbo	Santo Adrião e St.ª Leocádia	Armamar e Tabuaço	11- 9-959
38	Zambulhal	»	Adorigo e Santa Leocádia	Tabuaço	26-11-959
2762	Regada	Estanho e volfrâmio	Serrazes	S. Pedro do Sul	19- 4-961
996	Vale da Fonte	» »	S. Miguel do Outeiro	Tondela	1- 8-961
1798	Avô n.º 1	Estanho	Gafanhão	Castro Daire	30-12-961
2825	Andorinha	Volframio	Lazarim	Lamego	2- 4-962
2826	Meijinhos	»	Meijinhos	»	2- 4-962

